

EDUCAÇÃO, CULTURA DE PAZ E NÃO-VIOLÊNCIA: DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NA CONTEMPORANEIDADE

Marinilson Barbosa da Silva ¹

João Genarte de Araújo Cavalcante Neto ²

INTRODUÇÃO

O objetivo central desse estudo de cunho bibliográfico, visa refletir teoricamente, a partir das ideias de Abramovay, Lima e Varella (2002); Arendt (1994); Rossetti-Ferreira (1997); Melucci (2004); dentre outros, sobre o processo de construção de uma Cultura de Paz e de Não-Violência em contextos e programas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), garantindo o cumprimento de suas funções como: Função Reparadora, Função Qualificadora e Equalizadora. Torna-se relevante buscar estas funções de reparação da realidade na medida em que se reconhece a presença de diversidades étnico-racial, religiosa, econômica e social otimizando e mediando situações de conflitos em sala de aula a partir de práticas de cultura de paz e não-violências, equalizando e administrando a reentrada de pessoas jovens e adultas no contexto da EJA, bem como resgatando uma educação permanentemente solidária, democrática e regida pelos Direitos Civis, que integra os alunos, coibindo a violência social e a evasão escolar. A violência hoje é um assunto que faz parte das discussões do nosso cotidiano, em todas as esferas da nossa vida social e, principalmente, em ambientes formativos da Educação de Pessoas Jovens e Adultas. Uma das variáveis fundamentais para se compreender o crescente aumento da violência da sociedade brasileira não é apenas a desigualdade social, mas o fato desta ser acompanhada de um esvaziamento de conteúdos culturais, particularmente, os éticos e de cultura de paz nos sistemas de relações sociais. Desta forma, como possíveis resultados acerca deste estudo, o nosso maior desafio consiste em transformar os valores da Cultura de Paz em realidade na vida cotidiana no contexto escolar, em especial na Educação de Jovens e Adultos (EJA), bem como no processo de conscientização crítica

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: professor.marinilson@gmail.com

² Mestre em Ensino de Ciências e Educação Matemática (UEPB). Supervisor de Cursos Técnicos em Saúde Bucal no Centro Profissional e Tecnológico da UFPB. E-mail: genartejp@gmail.com

dos professores quanto à necessidade de discutir sua formação inicial e continuada no trato com questões de violência.

De acordo com a UNESCO³ traduzir os desafios propostos pela Cultura de Paz em realidade significa respeitar a vida, a diversidade e a dignidade de cada pessoa, sem discriminar nem prejudicar; praticar a não-violência ativa, repelindo a violência em todas suas formas: física, sexual, psicológica, econômica e social.

Como síntese conclusiva acerca do trabalho desenvolvido, A Cultura de Paz se insere em um marco de respeito aos direitos humanos e constitui terreno fértil para que se possam assegurar os valores fundamentais da vida democrática, como a igualdade e a justiça social. Essa evolução exige a participação de cada um de nós para dar aos jovens e às gerações futuras valores que os ajudem a forjar um mundo mais digno e harmonioso, um mundo de justiça, solidariedade, liberdade e prosperidade. É este o desafio a que nos lançamos: construir, em nossa sociedade, uma Cultura de Paz. Trabalhar na educação, na construção solidária de uma nova sociedade, onde o respeito aos direitos humanos e à diversidade se traduzam concretamente na vida de cada cidadão, onde haja espaço para a pluralidade e a vida possa ser vivida sem violência.

METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo foi a metodologia exploratória de cunho bibliográfico, que é aquela que se caracteriza pelo desenvolvimento e esclarecimento de ideias, tendo como objetivo inicial o de oferecer uma visão panorâmica sobre determinado tema, uma primeira exploração a um determinado fenômeno, no nosso caso o fenômeno acerca do processo de construção de uma Cultura de Paz e de Não-Violência em contextos e programas de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Resolução CNE/CEB N°- 1, de 5 de julho de 2000, fundamenta a Diretriz Curricular Nacional da Educação de Jovens e Adultos, a qual tem sua identidade própria

³Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

a partir de três dimensões, que devem ser consideradas, de forma indissociável, na concepção, elaboração e desenvolvimento de políticas públicas para este setor educacional. São elas:

- **Função Reparadora** - significa não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado, mas também o reconhecimento daquela qualidade ontológica de todo e qualquer ser humano - o direito a uma escola de qualidade.

- **Função Equalizadora** - proporcionará a reentrada no sistema educacional dos que tiveram a interrupção dos estudos devido às diversas circunstâncias - trabalhadores e tantos outros segmentos sociais como donas de casa, migrantes, aposentados e as pessoas privadas de liberdade - seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais oportunidades de permanência ou outras condições adversas, devendo ser saudada como reparação corretiva, ainda que tardia, de estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura dos canais de participação.

- **Função Qualificadora** - mais do que uma função permanente da EJA, ela é o próprio sentido da EJA. Essa função tem como base o caráter incompleto do ser humano, cujo potencial de desenvolvimento e de qualificação pode se atualizar em quadros escolares ou não escolares.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, fala do compromisso das nações com a liberdade, igualdade e direitos do ser humano como indivíduo integrante de uma sociedade. O indivíduo é um cidadão com deveres e direitos protegidos por lei que devem ser respeitados. No âmbito jurídico, a expressão “sujeito de direito” é utilizada para definir esse cidadão.

Quem são os sujeitos de direitos da EJA? São aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio, na idade regular. Há uma diversidade que os caracteriza: especificidades socioculturais, intergeracionais - jovens, adultos e idosos, situações econômicas, origens étnico-raciais, condição de trabalhador (a), nômades e outros processos identitários.

Um público singularizado que traz, na sua trajetória de vida, momentos de incertezas no cenário de vulnerabilidades socioeconômicas e, por consequência, trajetórias escolares com interrupções sucessivas, porque há frequentes retornos para tentar realizar o direito à educação básica.

Portanto, é indispensável que a proposta pedagógica e toda política pública dessa modalidade deva abrir-se para o protagonismo dos jovens, adultos e idosos e sua capacidade de compreensão de mundo, a partir de seus saberes, das experiências e trajetórias de vida, com respeito às diferenças, singularidades, contextos e particularidades de cada indivíduo, visando à plenitude de seu desenvolvimento e dignidade humana, centrada na perspectiva da cultura de paz e não-violência.

Na atual conjuntura de violência que vive a sociedade, percebe-se a necessidade de entender e buscar novas alternativas e estratégias que tentem minimizar a cultura de violência que o mundo moderno está vivenciando, dentro de um universo, cuja geração cresceu num mundo de constantes mudanças, na qual as informações se dão de forma muito rápida e simultaneamente com os acontecimentos, fazendo com que os mesmos acreditem que a violência é intrínseca a esse universo e não há como desconstruí-la. Uma geração preocupada com os relacionamentos virtuais, com a conexão e a integração com as pessoas, mas que também é mais individualista. A educação, por sua vez, não pode ficar a par dessa nova conjuntura, que atualmente está tomando conta dos nossos jovens e deve começar a mudar suas *práxis* começando com a reflexão acerca do seu papel e sua postura dentro das escolas, num tocante a busca pelo respeito à diversidade e pela cultura de paz e com a conscientização de todos para a importância e necessidade dessa nova postura diante da educação nos dias atuais.

A Cultura de Paz está intrinsecamente relacionada à prevenção e à resolução não violenta dos conflitos. É uma cultura baseada em tolerância, solidariedade e compartilhamento em base cotidiana, uma cultura que respeita todos os direitos individuais - o princípio do pluralismo, que assegura e sustenta a liberdade de opinião - e que se empenha em prevenir conflitos resolvendo-os em suas fontes, que englobam novas ameaças não-militares para a paz e para a segurança como exclusão, pobreza extrema e degradação ambiental. A cultura de paz procura resolver os problemas por meio do diálogo, da negociação e da mediação, de forma a tornar a violência inviável. Tolerância, democracia e direitos humanos - em outras palavras, a observância desses direitos e o respeito pelo próximo - são os valores "sagrados" para a cultura de paz. A Cultura de Paz é uma iniciativa de longo prazo que deve levar em conta os contextos histórico, político, econômico, social e cultural de cada ser humano. É necessário aprendê-la, desenvolvê-la e colocá-la em prática no dia a dia familiar, regional ou nacional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Desta forma, como possíveis resultados acerca deste estudo, o nosso maior desafio consiste em transformar os valores da Cultura de Paz em realidade na vida cotidiana no contexto escolar, em especial na Educação de Jovens e Adultos (EJA), bem como no processo de conscientização crítica dos professores quanto à necessidade de discutir sua formação inicial e continuada no trato com questões de violência. É importante frisar que a abertura de espaços de reflexão, interação e ação entre professor e aluno com a troca de experiências e conhecimentos torna o processo de ensino mais dinâmico e interessante para todos que dele participam, na medida em que acreditem na percepção de que todos trazem consigo um saber e que deve ser repassado e valorizado para os demais participantes do processo. A escola, como espaço público, é o lugar que essas percepções chegam e devem ser refletidas de maneira crítica e consciente; e a partir desse momento, percebe-se que o conhecimento não se dá de forma fragmentada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ser cidadão é ser autônomo, então isso implica em estabelecer movimentos de busca na resolução de problemas. Ser cidadão é também estar incluído, é ter direitos, é ter acesso a esses direitos, portanto, isso favorece o estabelecimento de uma identidade coletiva de um grupo que está incluído, que tem direitos, os quais são respeitados, incrementando o sentimento de pertencimento. Assim, temos condições de potencializar a construção da cultura de paz nas relações cotidianas, uma vez que potencializamos o respeito ao outro, a convivência saudável, o acesso e manutenção dos direitos humanos, a solidariedade e cuidado com o outro, enquanto sujeito de direitos.

É notório afirmar que a cultura de paz e não-violência nas escolas, ainda se apresenta como um espaço de embates polêmicos e conflituosos, cheios de estereótipos já pré-determinados, resultantes de um processo histórico de colonização no Brasil de cunho político, social, cultural e religioso. Assim, conseqüentemente a cultura de paz e não-violência vem sofrendo dificuldades e interferências de se estabelecer no campo educativo, como campo de conhecimento, devido à influência de um ensino proselitista, marcado pelo dogmatismo, tradições fundantes e métodos autoritários aplicados desde

os primórdios da educação pública e que ainda tem uma repercussão atualmente em muitas práticas educativas.

Palavras-chave: Educação, Cultura de Paz, Não-Violência, Educação de Jovens e Adultos (EJA).

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; LIMA, Fabiano e VARELLA, Santiago. *Percepções dos Alunos sobre as Repercussões da Violência nos Estudos e na Interação Social na Escola*. Trabalhos apresentados na Conferência Regional "O Desempenho dos Professores na América Latina e no Caribe: Novas Prioridades" - Brasília, Julho de 2002. Disponível em: <http://novaescola.abril.com.br/index.htm?estante/oficio/oficio>.

ARENDT, Hannah. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1994.

BRASIL. Planalto. *Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB 9.394/96)*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 27 de maio. 2023

COSTA, Giseli Paim. *Consciência política e cidadania mediadas pela participação política: um estudo de caso em Porto Alegre*. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

DISKIN, Lia. *Cartilha da Paz, como se faz?:* semeando cultura de paz nas escolas. Rio de Janeiro: Governo do Estado do Rio de Janeiro, UNESCO, Associação Palas Athena, 2002. 95p.

GUIA ESCOLAR: *Métodos para identificação de Sinais de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes*. In: SANTOS, Benedito Rodrigues dos et alli. 2. ed. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos e Ministério da Educação, 2004.

MELUCCI, A. *O jogo do eu: A mudança de si em uma sociedade global*. São Leopoldo. Unisinos, 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948*. Disponível em: <https://www.unicef.org> Acesso em: 8 ago 2022

ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde. *O meio interacional em transformação pelas novas tecnologias*. Ribeirão Preto: USP, 1997. Texto digitado.

SANDOVAL, Salvador Antonio Mireles. Algumas reflexões sobre cidadania e formação de consciência política no Brasil. In: SPINK, M. J. (org.). *A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar*. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. The Crisis of the Brazilian Labor Movement and the Emergence of Alternative Forms of Working-Class Contention in the 1990s. *Revista Psicologia Política*. 1, (1), 173-195. São Paulo: SBPP, 2001.

UNESCO. *Publicações sobre escola e violência*. disponível em: <http://www.unesco.org.br/busca> [SearchableText=ESCOLA&review_state=published](http://www.unesco.org.br/busca/SearchableText=ESCOLA&review_state=published) Acesso em Julho 2022